

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**ALICE AMÉRICA DA SILVA**

**O PERFIL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO:  
UMA REFLEXÃO SOBRE OS DESAFIOS DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA**

**PALMEIRA**

**2014**

**ALICE AMÉRICA DA SILVA**

**O PERFIL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO:  
UMA REFLEXÃO SOBRE OS DESAFIOS DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA**

TCC apresentado como requisito de conclusão de curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, realizada pela Universidade Federal do Paraná.

Orientador:  
Prof. Antonio Charles Santiago Almeida

**PALMEIRA**

**2014**

## RESUMO

O perfil do Coordenador Pedagógico:  
Uma reflexão sobre os desafios da Escola Contemporânea

Este artigo trás em seu bojo a função do Coordenador Pedagógico (Pedagogo) como aquele que organiza, planeja e acompanha o processo pedagógico da escola. O principal objetivo é que o educando tenha o direito a entrar na escola e aprender o que é ensinado.

Para re-significar o ensino, contamos com as Semanas Pedagógicas de 2013 e parte dos debates de 2014, onde foi destacada a deficiência intelectual e a obrigatoriedade de se fazer adaptação curricular.

O Currículo na Escola compreendendo a própria organização escolar, plano de ação da direção e o que visa o sujeito da escola pública, a prática pedagógica e a documentação necessária a ser reconstruída, construída e avaliada. Nesse sentido temos: PPP – Projeto Político Pedagógico, Proposta Curricular, PTD – Plano de Trabalho Docente, convergindo para uma educação democrática, de inclusão, a favor das classes populares. Procurando adequar para que todos alcancem o aprendizado, nunca para resolver somente o IDEB da escola.

**Palavras-chave:** Coordenador Pedagógico, Profissional da Escola Pública, ensino - aprendizagem, semana pedagógica.

### Lista de Siglas

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

PPP – Projeto Político Pedagógico

PTD – Plano de Trabalho Docente

PPC – Proposta Pedagógica Curricular

SEED – Secretaria de Estado da Educação

SEB – Secretaria de Educação Básica

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

SRM – Tipo I Sala de Recursos Multifuncional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

DCE/PR – Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná

## SUMÁRIO

1. Introdução	6
2. Objetivos Gerais	6
3. Objetivos Específicos	6
4. A Função do Coordenador Pedagógico e seus Desafios	7
5. A Semana Pedagógica	9
6. A Deficiência Intelectual	11
7. Estudo de Caso: aluno com deficiência intelectual	14
8. Currículo, Educando e Educador: currículo na escola	17
9. Plano de Trabalho Docente	24
10. Considerações Finais	29
11. Referencias Bibliográfica	30

## **1. INTRODUÇÃO**

O motivo que me levou buscar um estudo sobre esta temática, está relacionado com a preocupação do baixo índice do IDEB apresentado na divulgação dos resultados das escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio do Paraná, mais especificamente no colégio onde atuo como orientadora.

Os alunos estão aprendendo a ler, escrever e calcular? O aluno que entrou sem pré-requisito conseguiu aprender o que? Se, está sendo cumprida a proposta do PPP, porque o IDEB da escola caiu de 46 para 44 e como atingir 55 em 2015?

Os textos da semana pedagógica, assim como os textos estudados neste curso, trazem reflexões sobre a didática usada em sala de aula, o compromisso de resgate do aluno de inclusão e a responsabilidade da família no ensino-aprendizagem do aluno.

Foram fundamentais para esta pesquisa: leituras e trabalhos sugeridos durante o curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, os quais contribuíram nas discussões com todos os professores e equipe diretiva, surgindo assim a possibilidade de levar a um debate amplo na melhoria da educação, pois a preocupação da escola estava manifestada na Sala do Curso de Pós-Graduação e na Proposta de Trabalho da Semana Pedagógica fornecida pelo SEED.

## **2. OBJETIVOS GERAIS**

Este trabalho tem como objetivo geral melhorar o índice do IDEB no colégio onde atuo como coordenadora. O interesse pelo assunto surgiu após o desenvolvimento de algumas atividades no colégio em questão, o que fez com que se tivesse outro olhar para a temática como a dificuldade de aprendizagem, a falta de interesse do aluno pelas aulas e o aumento da agressividade por parte de muitos alunos(as); investigando assim onde está o problema e identificar possíveis soluções.

## **3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Como objetivos específicos esta proposta tem como finalidade:

- Minimizar a dificuldade de aprendizagem;

- Melhorar o comportamento dos alunos com baixa estima;
- Analisar questões como violência e conseqüentemente a dificuldade de aprendizagem;
- Minimizar a indisciplina existente na escola;
- Aumentar o índice do IDEB da escola.

#### **4. A FUNÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO E SEUS DESAFIOS**

Este trabalho discute algumas preocupações inerentes a essa função e que interferem diretamente no cotidiano da escola; entre elas podemos citar o processo de capacitação profissional da semana pedagógica e a formação continuada.

Ao aproveitar na semana pedagógica os textos que vierem para atender essa finalidade de reflexão sobre o ensino, e a contribuição de alguns textos e vídeos da sala ambiente, partimos do pressuposto que todos os funcionários que atuam na escola estão sensibilizados pelo baixo índice do IDEB, e conseqüentemente, responsáveis pela qualidade do ensino; todos do grupo durante essa semana especialmente estavam focados em estudar e por as propostas em ação, contribuindo para minimizar a dificuldade de aprendizagem e melhorar o comportamento dos alunos que tem vindo para a escola com baixa estima.

“A função primeira do coordenador pedagógico é a de planejar e acompanhar a execução de todo o processo didático-pedagógico da instituição, tarefa de importância primordial e de inegável responsabilidade e que encerra todas as possibilidades como também os limites da atuação desse profissional.

Quanto mais esse profissional se voltar para as ações que justificam e configuram a sua especificidade, maior também será o seu espaço de atuação.

Em contrapartida, o distanciamento dessas atribuições seja por qual motivo for, irá aumentar a discordância e o desconhecimento quanto às suas funções e ao seu papel na instituição escolar.” (PIRES, 2004, p. 182 In SANTOS e OLIVEIRA, s/d).

Nesse sentido o EDITAL Nº 017/2013 tornado público, estabelece as instruções especiais para a realização do Concurso Público de Provas e Títulos para provimento no cargo de Professor Pedagogo; nesse concurso do Estado do Paraná, compete aos pedagogos as seguintes atribuições/funções: coordenar a elaboração e execução da proposta pedagógica da escola; administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da escola tendo em vista o atingimento de seus objetivos

pedagógicos; assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; zelar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes; prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; informar os pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; coordenar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional; acompanhar e orientar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias; elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da escola; elaborar, implementar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e da escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais; acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino.

O pensamento científico exige: reflexão e decisão, pois é indispensável querer aprender novas formas de pensar os problemas escolares e suas soluções; persistência, visto que as dificuldades surgirão e será necessário superá-las; envolvimento, que se traduz no compromisso com o trabalho pedagógico bem conduzido e com a qualidade da educação de modo geral.

A indisciplina nas salas de aula, a falta de respeito e a violência (verbal e física) são preocupações constantes em algumas escolas públicas; não só entre os estudantes, mas também entre eles e os professores e provocações entre companheiros de trabalho. Será que esse descontentamento está ligado a metodologia e sua proposta de trabalho?

O desafio da atuação do coordenador pedagógico continua frente à avalanche de novos recursos tecnológicos, novas formas de convivência e de compartilhar a vida num mundo de convivência com as drogas, prisões e de estar atento ao planejamento da escola e da aprendizagem e na construção de planos de ensino (plano de trabalho docente) articulado ao projeto político-pedagógico; ele tem dado conta desse papel?



O presente trabalho visa aproveitar a proposta dos educadores para enfrentar essas questões, e se não solucionar algumas delas, pelo menos estudá-las.

## **5. A SEMANA PEDAGÓGICA**

Para tratar essas questões considerou-se fundamental a semana pedagógica ocorrida no início do ano letivo de 2013/2014; ouvir os profissionais da educação, mantendo o foco na realidade da escola e seu entorno com o objetivo de identificar situações que promovam o envolvimento de todos com a qualidade da educação.

Ressalta-se que a atuação da direção e dos coordenadores pedagógicos como articuladores dos processos educativos que acontecem na escola é fundamental para participação de todos os sujeitos do cotidiano escolar, reafirmando assim a gestão democrática.

### **5.1 Do Plano de ação da direção**

#### **5.1.1 Objetivo**

O aprimoramento cultural e científico, valorizando idéias, respeitando sempre a individualidade humana, proporcionando condições para que cada indivíduo possa tornar-se um ser humano completo em todos os aspectos sociais, afetivos e intelectuais.

#### **5.1.2 Área pedagógica**

Quanto à área pedagógica, cabe o incentivo ao aperfeiçoamento dos professores, funcionários, alunos e comunidade, buscando entre os diversos setores, debates para crescimento nas decisões tomadas em relação à escola, visando à qualidade no ensino público. A busca pela igualdade social está na oportunidade que a Escola democrática oferece a todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. A construção do projeto político pedagógico da Escola deve ser parâmetro de crescimento, pois está sendo construído por todos os

segmentos, contemplando a vontade e pensamentos do coletivo, definindo assim os rumos do Colégio.

Traçar ações, juntamente com o coletivo do Colégio para diminuir a evasão e repetência.

### **5.1.3 Formação continuada**

No que se refere à formação continuada, as dificuldades encontradas no dia-a-dia levam-nos a estudos e interpretações do comportamento humano. Tendo consciência de que somente a pesquisa e debates nos levarão ao crescimento cultural, devemos incentivar o estudo nas diversas áreas do conhecimento, proporcionando soluções para os problemas apresentados. Neste sentido a participação de pais, professores, alunos e funcionários, em reuniões pedagógicas, interpretações de filmes, textos de educadores é de fundamental importância para o bom andamento do colégio.

### **5.1.4 Estrutura e ambiente escolar**

Estamos vivendo o momento da digitalização, não podemos ignorar o avanço tecnológico que está sendo colocado na Escola. A utilização de todos os equipamento e espaços oferecidos pela Escola deve ser encarada como meios de crescimento cultural e não como obstáculos para o processo de aprendizagem.

### **5.1.5 Ações**

- Incentivar a participação de professores, funcionários, alunos e pais em reuniões pedagógicas;
- Organizar a participação de alunos em grupos de teatro, dança, jogos escolares, festivais, concursos, trabalhos artísticos;
- Buscar a participação da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico;

- Dar apoio à organização de Clube de Mães, Grêmio Estudantil, participação de alunos em grupos de protagonismo juvenil e atividades que venham a fortalecer a cidadania;
- Viabilizar e organizar a utilização dos espaços da escola; (quadra de esportes, laboratório de ciências, laboratório de informática, biblioteca);
- Criar grupos de estudos, junto aos alunos e professores;
- Incentivar a participação de alunos em projetos educacionais com vistas à promoção do processo ensino-aprendizagem.

#### **5.1.6 Avaliação do plano de ação**

Este plano de ação terá avaliação periódica, podendo ser realimentado de acordo com as normas da SEED, seguindo datas previstas pelo calendário escolar.

Neste caso, nesta semana pedagógica é proposta do SEED realimentar o plano de Ação da escola levantando questões como: prática, avaliação, acesso permanência e sucesso.

### **6. A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Uma das preocupações dos educadores da escola e que para eles contribui para a queda do rendimento escolar, trata-se do aluno que está em sala de aula todos os dias; o professor passa as informações, prolonga-se através de exercícios para compreensão do conteúdo e mesmo assim o aluno não consegue uma boa nota na avaliação nos termos da avaliação externa.

A inserção do aluno com necessidade especial no ensino regular é denominada de Educação Inclusiva.

Nos sistemas escolares há dois modelos em voga: No primeiro modelo, denominado “Integração”, e que começou a ser implementado no Brasil desde o final da década de 70, os alunos com necessidades especiais, geralmente oriundos do ensino especial, são inseridos na sala regular na medida em que demonstrem condições de acompanhar a turma, continuando a receber atendimento especializado individualmente ou em sala multifuncional em horário alternativo.

No segundo modelo a “Inclusão” propriamente dita, esses alunos independente do grau de comprometimento são matriculados no ensino regular cabendo a escola fazer adaptação curricular.

A deficiência intelectual, em uma perspectiva inclusiva, é definida como “limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo como exposto nas habilidades práticas, sociais e conceituais, originando-se antes dos dezoito anos” (PAN, 2008, p. 63).

Entre as características mais expressivas desta deficiência, destacam-se as limitações na área cognitiva que interferem de maneira substancial na aprendizagem da leitura e escrita, já que os alunos apresentam dificuldades no que se refere à apropriação de conceitos mais elaborados, na abstração, na compreensão de idéias e linguagens, capacidade de raciocinar, planejar e resolver problemas, além de possuir ritmo mais lento, se comparado ao desenvolvimento de colegas que não apresentam essa condição.

O aluno com deficiência intelectual pode ainda apresentar dificuldades para adaptar-se a novas situações, comunicar-se, controlar emoções e estabelecer vínculos afetivos com colegas e professores. Essas características se evidenciam no contexto escolar pela sua dificuldade de apropriar-se dos conteúdos acadêmicos, o que pode gerar, na maioria dos casos, um descompasso entre idade/série.

O reconhecimento das potencialidades, dificuldades cognitivas e das habilidades adaptativas apresentadas por este aluno permite ao professor elaborar e desenvolver um trabalho pedagógico que atenda as suas peculiaridades e limitações. Assim, as características do aluno deficiente intelectual passam a não ser mais concebidas como um traço definitivo e imutável, mas como uma condição que se altera à medida que as suas necessidades educacionais especiais sejam respondidas por meio de ajudas, metodologias apropriadas e exequíveis, para promover o sucesso de sua aprendizagem.

Com a mudança de concepção sinalizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/1996, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e no Parecer do Conselho Estadual de Educação n.º 108/2010, aponta-se uma resignificação da Educação Especial, modalidade esta que vem passando por várias transformações no desenho estrutural da organização da Educação Básica.

No que compete à implementação da Educação Infantil, do Ensino Fundamental (anos iniciais) e da Educação de Jovens e Adultos (Fase I/Educação Profissional - Formação Inicial e Continuada) nas escolas de Educação Especial, faz-se necessário um repensar do seu conjunto, pois não se trata apenas de uma mudança de nomenclatura e sim de uma mudança de paradigma e da práxis dos educadores, com reflexões sobre o homem, a sociedade e a escola e seus determinantes para o trabalho pedagógico e transformador.

Torna-se fundamental a reflexão do educador sobre as características desse alunado quanto a habilidades, interesses, processo de desenvolvimento, dificuldades e necessidades específicas, além das situações em que ele necessita de maior ou menor apoio.

Nesse processo, é imprescindível a efetivação de um trabalho pedagógico que tenha como fruto a superação das formas de organização das pessoas, dos saberes, das práticas, dos tempos e dos espaços que necessitam de articulação.

Considerando que somente o cumprimento da determinação legal, isoladamente, não garante a aprendizagem dos alunos; é fundamental um trabalho de qualidade no interior da escola, que propicie a aquisição do conhecimento, respeitando a especificidade do aluno nos aspectos físico, psicológico, intelectual, social e cognitivo.

Para uma implementação qualitativa das ações pedagógicas nas Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial, é importante compreender que o conceito de ensinar sofreu historicamente transformações, o que se evidencia tanto na literatura pedagógica, quanto na legislação e nos debates educacionais, em especial, a partir da década de 1980, no Brasil. Os debates políticos em torno da Constituição Federal de 1988 e os estudos de diversas áreas do conhecimento contribuíram para o questionamento da concepção de naturalização das desigualdades sociais e educacionais, até então predominante, bem como para o reconhecimento de que as condições de desigualdade dos alunos eram determinadas por fatores econômicos, culturais e sociais.

No contexto político, as diferentes concepções sobre educação influenciaram e justificaram as políticas educacionais no âmbito pedagógico. Essas concepções orientarão os conceitos sobre ensino, aprendizagem e desenvolvimento, a seleção dos conteúdos, a metodologia, a avaliação, a organização de espaços e tempos com

atividades desafiadoras, enfim, o planejamento do trabalho organizado não apenas pelo professor, mas por todos os profissionais da instituição.

O exemplo a seguir aconteceu em uma escola estadual, (Estudo de caso fornecido pela SEED para a Semana Pedagógica) e acontece em nossa escola também, talvez em um nível menos complexo, mas igualmente os professores devem estar atentos.

## **7. ESTUDO DE CASO: ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO SUPERINTENDENCIA DE ESTADO  
DA EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO  
EDUCACIONAL

O estudo de caso aqui apresentado é de um aluno (o qual denominaremos de M) com 13 anos de idade, que ingressou no 6º ano de um Colégio da rede pública de ensino do estado do Paraná, em 2013. Este aluno veio transferido de uma escola pública de outro estado, apresentando no ato da matrícula apenas o documento oficial de transferência.

Na primeira semana de aula, M interagiu com os colegas de classe, professores e demais funcionários do Colégio, demonstrando bom desenvolvimento nas habilidades de adaptação social e pessoal. No entanto, os professores, após observação inicial e diagnóstico pedagógico realizado no início do ano letivo (com todos os alunos), perceberam que M apresentou problemas significativos no desenvolvimento das atividades pedagógicas propostas para o 6º ano, comparado aos demais alunos da classe.

Diante do fato, M foi encaminhado para a pedagoga do Colégio, que por sua vez solicitou que os professores das disciplinas preenchessem a Ficha de Referência Pedagógica (anexo A)1.

Após análise das fichas de referência e anuência dos pais, a pedagoga, junto com a professora de SRM – Tipo I, iniciaram o processo de Avaliação Psicoeducacional no Contexto Escolar.

Na Avaliação Psicoeducacional no Contexto Escolar as profissionais do Colégio identificaram as seguintes características do aluno M:

- 1 – Ficha de Referência Pedagógica (anexo A): os professores das disciplinas deverão preencher a Ficha de Referência Pedagógica (anexo A) para cada aluno que apresentar grande dificuldade para acompanhar o processo de ensino previsto para a disciplina e o ano em que o aluno se encontra matriculado. A Ficha de Referência Pedagógica contém a descrição dos aspectos observados pelos professores das disciplinas em relação aos conhecimentos acadêmicos e estratégias de aprendizagem do aluno.
- 2 – Avaliação psicoeducacional, no contexto escolar, é um conjunto de procedimentos realizados no contexto escolar com intuito de investigar o processo de ensino-aprendizagem para entender a origem dos problemas de aprendizagem do aluno e propor intervenções pedagógicas.
- Boa coordenação motora, ampla e fina.
  - Vocabulário suficiente para vida diária.
  - Dificuldade em planejar suas ações.
  - Dificuldade de recepção, atenção e memorização.
  - Falta criatividade.
  - Dificuldade em abstrair conhecimento do mundo e de si mesmo.
  - Dificuldade na capacidade de transferir conhecimentos aprendidos numa situação para outra.
  - Defasagem cognitiva leve, com pequena distorção idade/série em relação aos demais
  - Distrai-se facilmente.
  - Dificuldade de memorizar e de recordar atividades acadêmicas.
  - Dificuldades de acompanhar o ritmo de aprendizagem dos colegas da mesma idade, no que se refere às disciplinas que exigem esforço intelectual.
  - Grande dificuldade na compreensão dos enunciados das tarefas.
  - Encontra-se no início do processo de alfabetização: escreve o nome, e conhece as letras do alfabeto e lê frases simples.
  - Interpreta oralmente pequenos textos e elabora histórias oralmente diante de uma seqüência de figuras.
  - Reconhece e lê números com duas casas decimais. Efetua operações de adição e subtração simples.
  - Resolve problemas simples com apoio de material concreto.
- Diante dos indicativos de deficiência intelectual levantados na avaliação

pedagógica realizada no contexto escolar, M foi encaminhado para avaliação complementar com psicólogo, que por sua vez discutiu com a escola os encaminhamentos pedagógicos a serem realizados com M.

- Retomar os conteúdos trabalhados anteriormente, através de atividades complementares ou da revisão dos conteúdos ministrados.
- Propor nas atividades pedagógicas, pistas visuais, vivências e recursos de memória que oportunizem a realização da tarefa e a fixação da aprendizagem.
- Adotar a metodologia de ajuda entre colegas (escolher um ou mais colegas para ajudar o aluno com dificuldade).
- Incentivar o trabalho de colaboração de alunos, isto é, atividades que envolvam toda a turma, como trabalhos em grupos, que possibilite a ajuda mútua entre os colegas.
- Flexibilizar o tempo de realização das tarefas.
- Trabalhar em sala de aula com materiais diversificados.
- Reorganizar o espaço físico, alterando posição das carteiras para facilitar a interação de todos os alunos entre si.
- Estar em contato com o professor da Sala de Recursos
- Multifuncional – Tipo I, com vistas à elaboração de um plano de intervenção voltado ao atendimento das necessidades do aluno.

3 – Serviço de apoio especializado complementar – ofertado em Sala de Recursos Multifuncional – Tipo (SRM – Tipo I), com cronograma organizado com quatro atendimentos semanais de duas horas diárias. A professora especializada deverá focar primeiramente o processo de alfabetização para, só então, retomar os conteúdos defasados de anos anteriores, visando uma aproximação dos conteúdos do ano em que o aluno está matriculado no ensino comum. Trabalhar o desenvolvimento das funções cognitivas responsáveis pelo ato de aprender, como: memória, percepção, abstração, atenção e linguagem.

Neste relatório observa-se que Inclusão não é obrigação única da educação especial e também não é questão do professor de educação especial ditar ao professor da classe regular como trabalhar com esse aluno. Se não for desenvolvido um trabalho integrado conforme o registrado acima, pode ocorrer entre outras coisas a visão de um Ensino Especial dentro da escola regular o que descaracteriza a Educação Inclusiva.



Importante neste estudo de caso é constatar que o aluno que vem das classes mais desfavorecidas tem muitas vezes como incentivo a pesquisa; o professor é, ele também, que destacará possíveis deficiências visuais e psicomotoras; quando há dificuldade por parte do profissional, compromete-se também todo o alicerce de conhecimento que a criança irá adquirir. Dado que o aluno está na escola independente do grau e do comprometimento, os professores daquele segmento de ensino deverão contribuir com sua competência técnica para a diminuição da repetência e da exclusão dos alunos; ainda faz-se necessário destacar que cada classe, cada professor e cada aluno representa uma realidade distinta; são os próprios atores diretamente envolvidos no processo de Inclusão e são os melhores qualificados a nos dizer qual o melhor processo de atuação.

## **8. CURRÍCULO, EDUCANDO E EDUCADOR: CURRÍCULO NA ESCOLA**

O currículo para Saviani é definido como, se o homem não se faz homem naturalmente, o saber pensar e sentir, o saber querer, agir ou avaliar precisa ser aprendido, e a isso responde o ato educativo intencional. Para tanto, a educação precisa de referências como matéria-prima de sua atividade: encontra-se aí o papel central das definições curriculares; essa informação vem de encontro com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no seu Artigo 26. É preciso, pois, o envolvimento de todos os que participam do ato educativo intencional e na sua construção. Um currículo que se pretende democrático deve visar à humanização de todos e ser desenhado a partir do que não está acessível às pessoas. Se a escola é um espaço de ampliação da experiência humana ele deve, portanto, não se limitar às experiências cotidianas da criança. Deve ir além dos referentes presentes em seu mundo cotidiano, assumindo-o e ampliando-o, transformando o educando em um sujeito ativo na mudança de seu contexto. Deve trazer conhecimentos novos, metodologias e as áreas de conhecimento contemporâneas, transformando-se assim num instrumento de formação humana.

Dessa maneira, a escola deve atuar como uma facilitadora do acesso dos alunos aos bens culturais proporcionados, por exemplo, pela literatura, pelos livros

técnicos e de atualização científica, pelos conhecimentos teóricos de uma maneira geral, pela produção artística. Um currículo destinado a cumprir sua função formativa introduz novos conhecimentos e não se limita aos conhecimentos relacionados às vivências do aluno, às realidades regionais, ou com base no assim chamado conhecimento do cotidiano. Partir desse conhecimento é um caminho metodológico importante que permite atender ao maior número de experiências na escola, encontrando o espaço no currículo para a diversidade.

O respeito à experiência individual é fator central no desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

“É necessário superar [...] a concepção de que o conhecimento seja apenas informação. O conhecimento resulta da “organização” de informações em redes de significados. [...]. Quando, ao ser humano é ensinado algum conteúdo de alguma área de conhecimento formalmente organizado, ele estabelece formas de pensamento (conceitual) muito diversas das que constitui nas atividades da vida cotidiana. [...]. Traça-se aqui uma diferença fundamental no funcionamento da memória de longa duração, pois ela não é feita somente de informações, mas de padrões de integração, de classificação e de organizações das informações. São criados, assim, internamente, padrões possíveis de serem utilizados em outras situações de aprendizagem e de exercício do pensamento.” Segundo Lima (2008, p.23)

O conteúdo das diversas áreas do conhecimento tem um papel central na formulação dos currículos e na formação de cada um dos alunos. No entanto, esses conteúdos encontram na mediação de algo que se aproxima da experiência do indivíduo no mundo, possibilidade de uma aprendizagem efetiva. Daí, a importância de partir do que está disponível para ele e pelo qual ele terá o acesso facilitado.

Quando o aluno é visto como sujeito no processo de ensino/aprendizagem que entende as relações sociais, os problemas que surgem no cotidiano do educando, (que de acordo com Candau, “Todos nós sabemos o quanto tem sido difícil integrar o conteúdo e a prática”), há um esforço coletivo para que os obstáculos que possam prejudicar o bom desempenho do sujeito sejam superados. Corroborando com essa autora, Nereide Saviani contribui com o documento abaixo:

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

## Conceitos de Currículo constantes no texto de Nereide Saviani

As discussões que ocorreram até o presente momento trouxeram algumas questões bastante importantes, como o diagnóstico da realidade escolar, a identificação dos sujeitos da escola pública e a discussão sobre como toda essa diversidade influencia a prática pedagógica.

Mas, afinal, o que é currículo?

Elementos para a interpretação do texto de Nereide Saviani “Currículo – um grande desafio para o professor”:

No texto, a autora expõe que, enquanto processo, o currículo se expressa em âmbitos de decisão e de realização (SAVIANI, 2003). Mediando os elementos descritos no texto com a prática da escola, considerando as particularidades de cada instituição e, de forma mais geral, a realidade da rede pública estadual de educação no Paraná, temos expressões do grande conjunto de encaminhamentos pedagógicos, prescrições e escolhas de natureza cultural compreendidas no currículo.

- a) O currículo prescrito e regulamentado: refere-se às políticas curriculares e documentos orientadores do currículo. Como exemplo, temos a Diretrizes Nacionais para a Educação Básica (MEC), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (MEC), as Diretrizes Curriculares Orientadoras para a Rede Estadual de Educação (DCE-PR), entre outros.
- b) O currículo planejado: diz respeito às orientações pedagógicas realizadas a partir das especificidades de cada etapa/modalidade, considerando-se as disposições contidas nos documentos orientadores do currículo. Como exemplos, temos as “Orientações para implementação da educação em tempo integral em turno único” (Seed/DEB), as “Orientações pedagógicas para adesão e elaboração do projeto de redesenho curricular do ensino médio” (MEC/SEB), assim como as demais orientações emanadas pela Secretaria de Estado da Educação.
- c) O currículo organizado: traduz-se no projeto político pedagógico das unidades escolares. Nele encontramos as concepções curriculares, a análise da realidade escolar e também a proposta pedagógica curricular.

- d) O currículo em ação: é o espaço de consolidação da função social da escola. É a mediação entre o que está prescrito e organizado para a prática em sala de aula.
- e) O currículo avaliado: se expressa nas avaliações do processo de ensino-aprendizagem, que ocorrem no interior da escola e nas avaliações externas (Prova Brasil e Saep–Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná).

A mudança de perspectiva em relação aos conteúdos de ensino e às intencionalidades educativas do currículo, no entanto, obriga a repensar a visão sobre os alunos que ainda predomina entre os educadores. A construção curricular não é neutra, afirma o autor, é condicionada por uma pluralidade de imagens sociais a respeito dos alunos que provêm da sociedade.

A escola e especificamente a ordem curricular são constituídas de protótipos de alunos desejáveis, as imagens sociais que projetamos sobre eles nos chegam de fora, dadas pela cultura social, pela divisão de classes, pelas hierarquias sócio-étnico-raciais, de gênero e território, pela visão negativa que a sociedade tem das pessoas com necessidades especiais.

Essas imagens sobre os educandos é que conformam o currículo e a ação docente. Daí, a necessidade de reflexão coletiva para aprofundamento dessas questões num processo de repensar os currículos. É preciso problematizar as imagens sobre os educandos, especialmente as que dizem respeito às desigualdades perante o conhecimento e a aprendizagem: por exemplo, alunos inteligentes e alunos “deficientes”.

Repensar os currículos nessa direção nos obrigando a flexibilizá-los ou adaptá-los a ritmos e tempos distintos e ver os educandos como sujeitos em complexos processos de conhecimentos.

“Essas identidades, dos educandos e nossas, tendo como referencial os direitos, nos obrigarão a fazer escolhas sobre o que ensinar e aprender a partir do conhecimento e da cultura, dos valores, da memória e identidade na diversidade a que os educandos têm direito. Significará inverter prioridades ditadas pelo mercado e definir prioridades a partir do imperativo ético do respeito ao direito dos educandos. Somente partindo do reconhecimento dos educandos como sujeitos com

direitos, estaremos em condições de questionar o trato seletivo e segmentado em que ainda se estruturam os conteúdos.” (ARROYO, 2008, p.37)

### **8.1 - Currículo e desenvolvimento da pessoa**

Um currículo ideal, que seria democrático, deveria contemporizar a todos, ser acessível às pessoas, contribuindo assim, ao desenvolvimento cultural da espécie. Um currículo que se pretende democrático deve visar o desenvolvimento de todos e se a escola é um espaço de ampliação da experiência humana ela deve, portanto, não se limitar às experiências diárias da criança. Deve ir além dos referentes presentes em seu mundo cotidiano ampliando-o, transformando o educando em um sujeito ativo na mudança de seu contexto.

“Dessa maneira, a escola deve atuar como uma facilitadora do acesso dos alunos aos bens culturais proporcionados, por exemplo, pela literatura, pelos livros técnicos e de atualização científica, pelos conhecimentos teóricos de uma maneira geral, pela produção artística. Um currículo destinado a cumprir sua função formativa introduz novos conhecimentos e não se limita aos conhecimentos relacionados às vivências do aluno, às realidades regionais, ou com base no assim chamado conhecimento do cotidiano. Partir desse conhecimento é um caminho metodológico importante que permite atender ao maior número de experiências na escola, encontrando o espaço no currículo para a diversidade.” (LIMA, 2008, p.18)

### **8.2 Currículo e avaliação**

A perspectiva dessa avaliação é manter ou melhorar a atuação no futuro, refletindo sobre as informações obtidas com vistas a planejar as próximas ações.

Destaca-se a importância dada pelos autores em relação à coerência no processo de avaliação, de acordo com métodos e objetivos. Se o professor adota estudos em grupo em sala de aula, deve avaliar também de acordo com a metodologia utilizada. Os estudantes são mobilizados a identificar informações e promover situações de análise e reflexão, competência que não poderá ser cobrada no momento da avaliação. Há distintas formas de avaliar e cada uma pode requerer

instrumentos diferentes, tais como provas, testes, portfólios, trabalhos, seminários que devem ser pensados a fim de acompanhar o processo de aprendizagem.

Os autores também destacam que deve estar sempre presente para o professor, a constatação de que o processo de avaliação envolve esferas que estão além da aferição da aquisição de conteúdos e do julgamento sobre o valor da aprendizagem. O processo avaliativo usa também recursos informais de qualificação e quantificação do conhecimento e do estudante, de forma que juízos de valor interferem (para o bem ou para o mal) neste processo. Em muitas situações os professores orientam suas estratégias metodológicas em função de seus juízos de valor sobre os estudantes. Isso pode ser prejudicial quando juízos negativos passam a dar o tom da ação metodológica do professor. Nesses casos, há um contínuo prejuízo do estudante, pois o preconceito que se forma sobre ele termina por retirar as próprias oportunidades de aprendizagem do estudante.

“O acompanhamento dessas situações revela que, ao agirem assim, esses professores terminam por afetar negativamente a auto-imagem do estudante, o que representa um fator contrário à motivação do aluno para a aprendizagem. Podemos dizer que a reprovação oficializada em uma prova, por exemplo, é de fato, apenas a consequência de uma relação professor-aluno mal sucedida durante o processo de ensino-aprendizagem. Quando o estudante é reprovado em uma situação de prova, de fato, ele já havia sido reprovado, antes, no processo. Foi a relação professor-aluno que o reprovou. Isso deve alertar o professor para a necessidade de uma relação bem sucedida, motivadora e positiva para com o estudante durante o processo de aprendizagem, no qual se evite o uso de procedimentos e ações que contribuam para a criação de uma auto-imagem negativa.” (FERNANDES e FREITAS, 2008, p.25).

O respeito à experiência individual é fator central no desenvolvimento da aprendizagem do aluno. Segundo Lima (2008, p.23) Aqui de acordo com a autora, quando um professor ensina ao aluno de uma forma, como por exemplo, produção através de charges e murais e cobra na avaliação uma produção escrita de forma individual o aluno tende a ter prejuízo; se ao ser humano é ensinado algum conteúdo de alguma área de conhecimento formalmente organizado, ele estabelece formas de pensamento (conceitual) muito diversas das que constitui nas atividades da vida cotidiana.

A avaliação é, portanto, uma dimensão importante do currículo. Os autores chamam a atenção para a importância de trabalhar na perspectiva da avaliação formativa, observando e registrando os percursos dos alunos durante as aulas, a fim de analisar as possibilidades de aprendizagem de cada um e do grupo como um todo. Dessa forma, é possível planejar e replanejar os processos de ensino e as possibilidades de intervenção junto às aprendizagens dos estudantes.

Um instrumento explorado pelos autores é o “Caderno de Aprendizagens”, que pode ser utilizado em duas situações:

- a - Atividades de acompanhamento dos conteúdos escolares: São atividades com o propósito de superar as dificuldades e dúvidas que tenham ficado dos conteúdos já estudados nas aulas; podem ser atividades de áreas variadas, bem como de apenas uma área. Essa prática pode orientar uma maior reflexão quanto ao conteúdo estudado e quanto às aprendizagens que o estudante vem realizando.
- b - Registros Reflexivos: Os registros reflexivos têm por objetivo servir de auto-avaliação para os estudantes. Podem ser registrados os caminhos que o estudante fez para sanar suas dúvidas, para compreender aquilo que ainda não sabia e agora já sabe e as dúvidas que ainda permaneçam.

Acreditamos que refletir sobre sua própria aprendizagem faz com que o estudante adquira uma maior responsabilidade sobre sua escolaridade. Porém, responsabilidades são aprendidas, construídas.

Somente uma prática constante de reflexão e incorporada como algo natural ao processo pode, com o tempo, levar a uma mudança de postura por parte dos estudantes. (FERNANDES e FREITAS, 2008, p.33-34)

### **8.2.1 Análise de informações coletadas**

Ao trabalhar com o humano a modificação de conceito e pensar sobre suas atribuições, seria bom trabalhar com uma pesquisa qualitativa, como diz Vânia Maria do Nascimento Duarte: “A pesquisa qualitativa tem um caráter exploratório, uma vez

que estimula o entrevistado a pensar e a se expressar livremente sobre o assunto em questão. Na pesquisa qualitativa, os dados, em vez de serem tabulados, de forma a apresentar um resultado preciso, são retratados por meio de relatórios, levando-se em conta aspectos tidos como relevantes, como as opiniões e comentários do público entrevistado.”

Justo pensar numa metodologia qualitativa para o trabalho, pois o mesmo visa aproveitar a proposta dos educadores para enfrentar as questões relacionadas à aprendizagem e trabalhar com conceitos internos esperando assim os resultados.

Nos anos de 2013 e início de 2014 as semanas pedagógicas tiveram um peso significativo na produção deste trabalho e como houve um trabalho voltado para o currículo surgiram muitas dúvidas sobre Projeto Político-Pedagógico (PPP) e a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) e (PTD) Plano de Trabalho Docente. Feitas algumas Considerações, continuando a tirar as dúvidas que foram surgindo, ficando esclarecidas conforme descrição abaixo:

## **9. PLANO DE TRABALHO DOCENTE**

O plano de trabalho docente (PTD) é um documento elaborado pelo professor com a intenção de organizar o ensino-aprendizagem em sala de aula e tem como referência o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e a Proposta Pedagógica Curricular (PPC). Nesse sentido, PPC e PTD estão estreitamente relacionados, mas não são sinônimos.

O PPC é um documento elaborado pelo coletivo escolar e deve expressar a concepção de educação definida pela escola pela via das disciplinas. Portanto, nela deve constar não somente uma listagem de conteúdos divididos por disciplina e por série, mas o objeto de estudo de cada disciplina, objetivo geral da disciplina, os critérios de avaliação da disciplina (e não de cada conteúdo!)

O PTD, por sua vez, é o documento elaborado por cada professor e, portanto, individual, pois ainda que os conteúdos da PPC sejam os mesmos para os professores da mesma disciplina e da mesma escola, cada professor possui uma maneira de trabalhar. Assim, é no PTD que o professor vai definir a abordagem que fará de determinado conteúdo, como fará, com quais recursos, quando fará e como se dará a verificação da aprendizagem por parte dos alunos.



É nele que se registra o que se pensa fazer, como fazer, quando fazer, com que fazer e com quem fazer. Nesse sentido, pode-se dizer que o PTD é a sistematização das decisões tomadas pelo professor.

Embora não haja um modelo definido de PTD, existem alguns elementos que nele devem ser contemplados, são eles:

- Conteúdos estruturantes e específicos – evidenciando a relação entre eles: a qual conteúdo estruturante está relacionado cada um dos conteúdos específicos.
- Objetivo (ou justificativa) do conteúdo: qual a intenção em se trabalhar cada um dos conteúdos específicos – expressa opção conceitual.
- Encaminhamento metodológico: específica para cada conteúdo e não geral da disciplina, visto que nem todos os conteúdos podem ser abordados da mesma maneira. Assim, é o conteúdo - e o recorte deste realizado pelo professor - que determinarão a metodologia.
- Recursos didáticos: recursos que serão utilizados pelo professor para o trabalho com o conteúdo (TV, pen-drive, computador, laboratório, revistas, jornais...)
- Avaliação: critérios, instrumentos e pesos. Deve expressar como cada conteúdo será avaliado – por que ensinar determinado conteúdo; quais instrumentos serão utilizados (prova, trabalho, dramatização, debate...) e o peso que se atribuirá a cada um dos instrumentos.
- Referências bibliográficas: todas as fontes de pesquisa e referência utilizadas pelo professor para o trabalho com o conteúdo: sites, livros, livros didáticos...

Periodicidade: período em que será desenvolvido; não necessariamente deve seguir um tempo pré-determinado, visto que é o conteúdo que determina o tempo. Sugere-se que ele seja um plano de mais curto prazo – podendo seguir a mesma periodicidade do calendário letivo: bimestral, trimestral ou semestral. Contudo, é importante destacar que o plano deve ser flexível, uma vez que a aprendizagem nos alunos não se dá ao mesmo tempo e da mesma maneira.

Ainda que, didaticamente, esta divisão acima se faça necessária, é importante que o professor consiga perceber a relação intrínseca entre todos os elementos, dando movimento ao plano.

Para além do aspecto burocrático e legalista, o PTD se apresenta como condição para o trabalho docente, sem o qual não é possível desenvolver o processo ensino-aprendizagem, o qual deve ser, necessariamente, intencional e planejado.

Para os professores foi cedido como ilustração um PTD elaborado pela professora Sueli Meira Rocha Back, da disciplina de Educação Física para turma do 8º ano.

**COLÉGIO ESTADUAL JOÃO DE MATTOS PÊSSOA – Ens. Fund. E Médio**  
PLANO DE TRABALHO DOCENTE  
SUELI M. ROCHA BACK  
DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA  
ANO: 2014

## **I – CONTEÚDOS**

ENSINO FUNDAMENTAL: **8º ANO**

### **1º BIMESTRE**

CONTEUDO ESTRUTURANTE: **ESPORTE COLETIVOS E INDIVIDUAIS, JOGOS E BRINCADEIRAS E JOGOS COOPERATIVOS**

- CONTEUDO ESPECIFICO: **BASQUETE**

- RECEPÇÃO DE DRIBLES: parado e em deslocamento
- PASSES: peito, quicado e por cima da cabeça;
- ARREMESSOS: parado e em deslocamento;
- MARCAÇÃO: individual e em dupla
- REGRAS: Domínio das destrezas motoras

### **XADREZ**

- Xadrez virtual, (Xadrez convencional e Rápido)

### **JOGOS DE TABULEIROS E MOTORES**

- Ping Pong, Tênis de mesa, jogos motores e pré- desportivos...

### **2º BIMESTRE**

- CONTEUDO ESPECIFICO: **VOLEIBOL**

- Domínio das destrezas saque por baixo, por cima, Diagonal, longo, curto, forte e fraco
- Jogos modificados; (4x4; 3x3; 2x2;)
- SAQUE POR CIMA (distancia menor)
- RECEPÇÃO (na posição área da defesa)
- Saque por cima (parado)
- CORTADA (defesa com toque ou manchete em deslocamento;
- SISTEMA DO JOGO (3x3 – Regras de trocas de posições nos rodízios, tempo

para sacar e invasão da linha de ataque).

#### **DANÇA AFRO E MODERNO**

- Vivenciar Dança afro e moderno...
- Aprender Ritmo e coordenação motora;

#### **3º BIMESTRE**

#### **CONTEUDO ESTRUTURANTE: ESPORTE COLETIVOS E INDIVIDUAIS, JOGOS E BRINCADEIRAS, LUTAS**

#### **- CONTEUDO ESPECIFICO: ARTES MARCIAIS, HANDEBOL**

- ARTES MARCIAIS: suas influencias na Ed. Física e os aspectos históricos das lutas.

#### **HANDEBOL**

- Jogos propriamente dito;
- Mini torneio com adaptação das regras oficiais

#### **4º BIMESTRE**

#### **CONTEUDO ESTRUTURANTE: ESPORTE**

#### **CONTEUDO ESPECIFICO: FUTSAL E HANDEBOL**

- Jogos com regras oficiais;
- Refinamento das destrezas motoras básicas (passes, posicionamentos e dribles).
- PASSES, DRIBLES, ARREMESSOS, FINTA COM GIRO, ARREMESSO 7 passos, sobre passo, cruzado.
- ARREMESSOS: com apoio
- DEFESA: 6x0, 4X2, 3X3
- ATAQUE: 5x1 (contra ataque simples; regras oficiais e do tipo de faltas e sinalizações).

## **II - JUSTIFICATIVA**

A Educação Física no Ensino Fundamental, é forma de expressão tanto biológica quanto cultural. A linguagem corporal está em movimento cadencial, traduz hábitos, tradições e costumes. E através do movimento que o homem exterioriza suas necessidades, seus instintos e suas motivações.

Pode e deve ser trabalhada em interlocução com outras disciplinas que permitam entender a Cultura Corporal em sua complexidade, ou seja, na relação com as múltiplas dimensões da vida humana, tratadas tanto pelas ciências humanas, sociais, da saúde e da natureza.

Partindo de seu objeto de estudo e de ensino, Cultura Corporal, a Educação Física se insere neste projeto ao garantir o acesso ao conhecimento e à reflexão crítica das inúmeras manifestações ou práticas corporais historicamente produzidas pela humanidade, na busca de contribuir com um ideal mais amplo de formação de um ser humano crítico e reflexivo, reconhecendo-se como sujeito, que é produto, mas também agente histórico, **político, social e cultural**. (Diretrizes Curriculares: Educação Física, 2009).

Compreender a Educação Física sob um contexto mais amplo significa entender que ela é composta por interações que se estabelecem nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais dos povos.

## **III – OBJETIVOS**

Desenvolver nas aulas de Ed. Física a conscientização corporal em conjunto com a **melhoria de qualidade de vida do educando**.

Melhorar o aproveitamento das experiências anteriores relativas à atividade física que compõe um vínculo expressivo para a construção de conhecimentos e suas aplicações em toda a vida do ser humano.

#### **IV – ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS E REC. DIDÁTICOS**

Os conteúdos serão trabalhados de forma interdisciplinar enfatizando, portanto através de análise e reflexões poderão acontecer individuais e coletivamente em caráter teórico prático.

As aulas serão teóricas, expositivas, práticas demonstrativas, práticas desportivas, atividades em grupo e individuais, tentando buscar uma participação e entendimento da importância de se praticar atividades físicas.

Serão utilizados:

- Locais: Quadras poliesportivas, sala de aula, espaço para jogos de mesa, entre outros...
- Material poliesportivo (quadras, bolas, redes, raquetes, tabuleiros, mesas, raquetes, etc.)
- Recursos audiovisuais, (TV PENDRIVE... DVD “s, filmes... RÁDIO...)
- Recursos humanos;
- Material didático (livros, revistas, jornais, mural...)

#### **V – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

A avaliação deverá ser contínua e diagnóstica. Contínua identificando os progressos do aluno na vivência do movimento e na aquisição e melhoria de habilidades motoras. Diagnóstica permite que os alunos e professor analisem o processo de aprendizagem desenvolvido para identificar diferentes pontos que precisam ser melhorados.

De acordo com o PPP do Colégio João de Mattos Pessoa, será em processo diagnóstico, processual e contínuo, somatório e formativo e permanente, onde o professor organizará seu trabalho visando a formação integral do educando.

Haverá também a recuperação paralela do conteúdo dado com a retomada do conteúdo para aqueles alunos que não atingirem 60% do valor da nota. Serão realizadas através de atividades direcionadas as dificuldades apresentadas, sejam elas cognitivas ou motoras. Para os alunos inclusos serão oferecidas formas diferenciadas de avaliação (cognitivas e motoras), de acordo com a necessidade e capacidade individual de cada um.

Os alunos serão avaliados através da participação nas aulas e provas práticas e teóricas, pesquisas e debates. Em cada bimestre haverá no mínimo 2 avaliações com a somatória valendo 10 pontos.

*No que se refere sobre a Diversidade dentro da escola, estaremos abordando temáticas referentes ao preconceito, racismo, sexualidade conforme afirma o (Art. 3º, IV), da constituição: “ A Constituição da República Federativa do Brasil quando diz, que um dos objetivos fundamentais é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.*

Portanto nas aulas de Ed. Física o processo deverá ser contínuo, abordando também a questão étnico cultural, racial e indígena.

#### **VI - REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS**

1. COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino de educação física*. Cortez – São Paulo, 1993.

2. FREIRE, João Batista. **Esboço para organização de um currículo em uma escola.** [www.unicamp.br/GEnte/profs/joao/texto.htm.03](http://www.unicamp.br/GEnte/profs/joao/texto.htm.03) fevereiro 2006
3. GUEDES, Maia Ermínia de Souza. **Oficina da brincadeira.** Sprint – Rio de Janeiro, 1998.
4. GUERRA, Marlene. **Recreação e lazer** – 3o ed. Sagra – Porto Alegre, 1991.
5. DIRETRIZES CURRICULARES DA REDE PÚBLICA DO PARANÁ. SEED. 2006. Cta. Pr.

## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que feito o trabalho como no exemplo descrito haverá possibilidade de sucesso; entretanto, as portas ficam abertas a outros pesquisadores para comprovar os efeitos do trabalho sobre a metodologia usada e esta comprovação poderá ser feita após o resultado das avaliações externas.

Havendo melhoria e comprometimento com a qualidade do ensino haverá possibilidade de outros projetos focados ora desenvolvimento de produção de texto em sala de aula, ora nas áreas de exatas, enquanto a qualidade não atingir cem por cento nas avaliações externas.

A questão norteadora deste trabalho foi investigar quais se os alunos estão aprendendo a ler e escrever e calcular? O aluno que entrou sem pré requisito conseguiu aprender o que? Se está sendo cumprindo a proposta do PPP, porque o IDEB da escola caiu de 46 para 44 e como atingir 55 em 2015?

Dentro do Sistema Educacional muitos desistem de estudar e outros ao terminar o Ensino Fundamental não retornam, alegam desinteresse e falta pré requisito para acompanhar os colegas da mesma turma. Os alunos com necessidades Especiais ficam esquecidos, e para complicar mais a situação alguns mestres usam um método ao ensinar cobrando de forma diversificada na avaliação.

Durante a execução do trabalho foi discutido por todos os educadores que todos os documentos da escola convergem para uma educação democrática de inclusão, a favor das classes populares. Que ao trabalhar em uma escola a sua proposta de ensino deve ser respeitada e neste caso a práticas de ensino deve atender a todos os alunos em todas as disciplinas.

Podemos perceber que as transformações na escola não são aconselháveis, que ocorram de forma agressiva. Seria melhor que fosse a partir de esclarecimento dos professores a fim de iniciar um trabalho de reflexão sobre as causas do fracasso que gera desigualdades sociais. Adequar a forma de ensinar para todos alcançarem o aprendizado e nunca para resolver somente a questão do IDEB da escola.

Após a pesquisa acredito que há necessidade de estar em foco nos cursos de formação a abordagem teórica e prática, entre o aluno ideal e o aluno real.

## 11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Souza**, Rosa Fátima de. – Escola e Currículo. IESDE – Curitiba/PR, 2003.
- Carneiro**, Moaci Alves – LDB Facil. Editora Vozes – Petrópolis/RJ, 2004.
- Guedes**, Maria Ermínia de Souza – Oficina da Brincadeira. Sprint – Rio de Janeiro/RJ, 1998.
- Guerra**, Marlene – Recreação e Lazer. Sagra – Porto Alegre/RS, 1991.
- Romão**, José Eustáquio – Avaliação Dialógica: desafios e perspectivas. Cortez Editora – São Paulo/SP, 2008.
- Mizukami**, Maria da Graça Nicoletti – Ensino: as abordagens do processo. E.P.U. – São Paulo/SP, 1986.
- Diversos Autores** – Administração & Supervisão Escolar. Pioneira Educação – São Paulo/SP, 2000.
- Perrenoud**, Phillipe – Thurler, Monica Gather e outros – As Competências para Ensinar no Século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Artmed – Porto Alegre/RS, 2002.
- Diversos Autores** – Metodologia do Ensino de Educação Física. Cortez – São Paulo/SP, 1993.
- Freire**, João Batista – Esboço para Organização de um Currículo em uma Escola. [www.unicamp.br/GEnte/profs/joao/texto.htm](http://www.unicamp.br/GEnte/profs/joao/texto.htm). 03 fevereiro 2006
- Moreira**, Antonio Flavio Barbosa – Educação Escolar e Cultura(s): construindo caminhos. Universidade Católica de Petrópolis - a Petrópolis/RJ
- Candau**, Vera Maria – Diversidade e Currículo. PUC Departamento de Educação – Rio de Janeiro/ RJ.
- Candau**, Vera Maria – Diversidade e Currículo
- Vasconcellos**, Celso dos S.: Os Desafios da Indisciplina em Sala de Aula e na Escola
- Colégio Estadual João De Mattos Pêsoa – PPP. Irati/PR, 2014
- Colégio Estadual Antonio Xavier da Silveira – PPP. Irati/PR, 2011
- Colégio Estadual Antonio Xavier da Silveira Semana – Pedagógica. Irati/PR, 2013

Colégio Estadual Antonio Xavier da Silveira – Semana Pedagógica. Irati/PR, 2014 Sala Ambiente – Currículo, Cultura e Conhecimento Escolar. Leda Scheibe, Ticiane Bombassaro.

Sala Ambiente – Realidade Escolar e Trabalho Pedagógico

Diretrizes Curriculares Da Rede Pública Do Paraná. SEED – Curitiba/PR, 2006.

PDE / Prova Brasil. Ministério da Educação – Brasília/DF, 2009.

**Material do SEED – Semana Pedagógica:**

PAN, M.A.G.D.S.: O Direito à Diferença: uma reflexão sobre a deficiência intelectual e a educação inclusiva. Curitiba: IBPEX, 2008.

Nós da Educação – Miguel Gonzales Arroio, vídeo youtube.

Anexo 5: Sujeitos da Escola.

Anexo 6: Proposições Contextualizadas.

Anexo 16: Sujeitos da Escola Pública e do Paraná.

Anexo 17: Currículo: um grande desafio para o professor.

Anexo 18: Indagações Sobre o Currículo: diversidade e currículo.

Anexo 31: Estudo de Caso: aluno com deficiência intelectual.

João Luiz Gasparin – Reflexões Sobre o Processo Ensino-Aprendizagem, vídeo youtube.